

“Não temos compromisso com data”

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O governo brasileiro entende que a negociação da dívida externa com os bancos comerciais “vai indo bem, mas não temos nenhum compromisso de data específica para chegar a um acordo”, disse ontem o chefe da equipe negociadora, Pedro Malan. Para ele, isso vale também para a data de 6 de abril, sugerida pelo vice-presidente do conselho do Citibank, William Rhodes.

Numa conversa com jornalistas na sede do consulado brasileiro, no Rockefeller Center, Malan informou que as conversas se desdobram atualmente em torno de cinco pontos em aberto para acordo com os banqueiros. São os seguintes:

- Termos financeiros. Ele nota que o Brasil recebeu bem a proposta dos banqueiros para um acordo sobre o Discount Bond (bônus de desconto) em 35% de desconto, a meio caminho entre as duas propostas, mais garantia integral para o principal e doze meses de garantias rolantes para os juros. Contudo, “nós não podemos fazer um acordo so-

bre os termos desse título sem acertar simultaneamente os termos do Par Bond (Bônus Par)”, repetiu.

A razão é simples, segundo Malan: “Um ponto sobre o qual não abrimos mão é de que o Par Bond não pode ser mais atraente que o Discount Bond, pelo óbvio motivo de que o Par Bond custa mais caro em termos do volume de garantias colaterais”.

Uma vez feito o acordo sobre essa dupla de bônus, os únicos que incluem garantia para o principal da dívida, “poderemos rapidamente acertar os termos das demais quatro opções”, argumenta. Ele nota que ainda “há algum caminho a percorrer até acertarmos os termos do Par Bond”.

- Escalonamento (phase in) do desembolso das garantias pelo Brasil. Os dois lados conversam sobre diferentes hipóteses de escalonamento, dado que o Brasil não dispõe de imediato dos US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões eventualmente necessários.

Malan assegura que nem o Brasil nem os bancos consideraram a hipótese de um



Pedro Malan

empréstimo-ponte para acelerar o desembolso. Aqui se discute ainda a forma jurídica que a parcela dos títulos antigos não coberta pelo desembolso inicial de garantias toma antes de sua conversão na forma nova.

- New Money Bond (bônus de dinheiro novo). Teria

havido convergência substancial nas discussões sobre este ponto. Na proposta brasileira, os instrumentos de dinheiro novo do acordo de 1988 com os bancos (PFA, New Money Trade e Cofinancing) podem ser convertidos nesse papel sem a necessidade de desembolso de dinheiro novo pelos bancos.

Além disso, os brasileiros separam a opção de conversão do PFA nos leilões de conversão de dívida por investimento, que receberá um tratamento à parte.

- Juros de 1991 e 1992. As conversas progrediram com os brasileiros propondo que os 70% dos juros vencidos em 1992 que o País não está pagando sejam incorporados ao novo acordo. Discute-se também que forma se dará aos 70% dos juros de 1991 não pagos pelos Países.

- Miscelânea. Aqui se incluem detalhes importantes para os bancos, referentes, por exemplo, ao mecanismo de pagamento dos MYDFA, o principal título gerado pelo acordo de 1988.